

## Educação, Escola e Sociedade

### A importância da prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos anos iniciais do Ensino Fundamental

#### The importance of the pedagogical practice of the Specialized Educational Assistance teacher in the early years of elementary school

Tatiane Farias Novais<sup>1</sup>

Maria Ângela Costa Mota<sup>2</sup>

#### Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância da prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Foi efetivada uma investigação bibliográfica de cunho qualitativo, onde os dados foram coletados por meio de questionário e observações, como caracterização da pesquisa de campo. Buscou-se responder à seguinte problematização: qual a importância da prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado nos anos iniciais do Ensino Fundamental? O campo para coleta foi uma escola estadual da cidade de Januária (MG). Conclui que a importância de um professor de AEE para o desenvolvimento do aluno com NEE é fundamental, pois possibilita ao educando uma educação inclusiva de qualidade e não somente sua inserção no ambiente escolar, mas respeita principalmente o direito do aluno com deficiência de ter um Atendimento Educacional Especializado que venha atender as suas dificuldades com sua ajuda.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Políticas públicas. Atendimento Educacional Especializado. Formação de Professores.

#### Abstract

This research aimed to analyze the importance of the pedagogical practice of the teacher of Specialized Educational Attendance (AEE) in the Early Years of Elementary School. A qualitative bibliographic investigation was carried out, where the data were collected through a questionnaire and observations, as a characterization of the field research. We sought to answer the following question: what is the importance of the pedagogical practice of the teacher of

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: [tatianefarias@hotmail.com](mailto:tatianefarias@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Humanidades y Artes con Mención en Ciencias de la Educación pela Universidad Nacional de Rosario (UNR/AR). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: [angelacmota@gmail.com](mailto:angelacmota@gmail.com).



Specialized Educational Assistance in the early years of elementary school? The field for collection was a state school in the city of Januária (MG). It concludes that the importance of an ESA teacher for the development of the student with SEN is fundamental, since it enables the educating a quality inclusive education and not only its insertion in the school environment, but respects mainly the right of the student with disabilities to have a Care Educational Specialist that will meet your difficulties with your help.

**Keywords:** Inclusive education. Publics Polity. Specialized Educational Attendance. Teacher Education.

## INTRODUÇÃO

Para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, o AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, sendo de oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

Dessa maneira, delineou-se este trabalho sobre a seguinte problemática: Qual a importância da prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir de observação realizada durante o Estágio, na referida instituição, ao vivenciar as dificuldades de desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais sala regular.

Diante do problema citado, apresentou-se a seguinte hipótese: a prática pedagógica do professor do AEE é de grande importância na escola, pois contribui para o desenvolvimento intelectual e social dos educandos.

Com a hipótese, buscou-se como objetivo geral analisar a importância da prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e objetivos específicos identificar a importância da prática pedagógica do professor de AEE e conhecer os objetivos do Atendimento Educacional Especializado, observando o embasamento legal.

A relevância deste trabalho concentra-se na importância do trabalho pedagógico do professor do AEE. Além de trazer para o campo da Educação Inclusiva a discussão que revela a importância desse profissional.

## DESENVOLVIMENTO

De acordo com Mantoan (2006, p. 16), “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

A proposta de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional de ensino regular, tem se chocado com o conservadorismo de nossas escolas. Problemas conceituais, falta de conhecimento da legislação, induzem ao erro e ao preconceito, reduzindo, unicamente, a inserção de alunos com algum tipo de necessidade especial.

Nesse sentido, Mantoan (2003) ressalta ainda, que a escola precisa mudar deixar suas práticas excludentes e reconhecer, finalmente, que as pessoas não são categorizáveis, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados.

Contudo, muitas escolas estão apenas recebendo alunos com necessidades especiais, obedecendo à Lei n.º. 9.394/96, art. 4º, inciso III, que estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

A exclusão é vista historicamente desde os tempos primitivos, onde a caça e a pesca eram ainda o meio de sobrevivência; embora naquela época não houvesse registro de existência de pessoas com deficiência, todos aqueles que fugiam desta rotina eram vistos como incapazes e abandonados, pois os mesmos comprometiam a todos. Relatos demonstram fazes deste período de exclusão.

Sendo assim na antiguidade as crianças com necessidades educacionais especiais eram consideradas subumanas legitimando sua morte e abandono; prática esta defendida pela igreja que os considerava como um ser possuído pelo sobrenatural devido suas anomalias. Diante disto, Facion (2005) diz que durante este período de exclusão

em sociedades antigas, era normal o infanticídio quando se observava Anormalidades nas crianças. Na idade média, a igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a idéia de atribuir a causas sobre — naturais as anormalidades e que padeciam as pessoas. (FACION 2005, p. 184).

Por muito tempo os deficientes eram relacionados como imagem do diabo e considerados como obras de feitiçaria. Tendo estes fatos perpetuaram até o cristianismo.

Com a cura de deficientes a partir dos milagres de cristo, iniciava-se uma ideologia cristã, onde ao longo da idade média estas pessoas passaram a ser considerado um ser com alma “filhos de Deus”, e acolhidos por conventos e igrejas; sendo condenada sua prática anterior e classificada como um atentado contra os desígnios da divindade. Um exemplo é o cristão Nicolau, bispo de Myra, que nos anos 300 D.C. acolhia crianças e pessoas com deficiência abandonadas pelos seus familiares.

Nos meados do século XX, devido à intensa luta de movimentos sociais, contra toda e qualquer forma de discriminação; com o fortalecimento da segregação de alunos especiais encaminhados para um ambiente homogeneizado e diante do seu ensino de aprendizagem, gerando exclusão no espaço escolar, fortalecendo desta forma a pedagogia da exclusão, sendo desenvolvida em regime residencial, onde conseqüentemente, a criança, o adolescente e o jovem eram afastados da família e da sociedade alimentando gradativamente o preconceito.

Uma análise histórica fomenta que neste período prevaleceu o descaso do poder público, em relação aos indivíduos com deficiências. A Declaração de Salamanca, a partir de reflexões e ações acerca das desigualdades sociais, pontua que

o princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares (UNESCO, 1994, p. 3).

Referindo-se aos direitos observamos o trecho da Constituição Federal:

1. Na Constituição Brasileira: o inciso III do Art. 208 da Constituição Federal fundamenta a Educação no Brasil e faz constar a obrigatoriedade de um ensino especializado para crianças portadoras de deficiência. Este é o texto: “O dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.
2. Na lei de Diretrizes e Bases de 1996: No título III “Do direito à educação e dever de educar”, a LDB diz que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante algumas garantias. No seu artigo 4º, inciso III, a lei postula;
3. “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL1988, 82).

O Decreto nº 6.571/ 2008 aponta o Atendimento Educacional Especializado como:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2008).

A implantação destas políticas assegura a inclusão e formação das crianças com necessidades educacionais especiais; assegurando os seus direitos. É que fundamenta a LDB 9394/96 no Art. 53. § I, II, III, IV e V.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno Desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e Qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1996).

Para constituir uma política de desenvolvimento, o Decreto 6.571/ 2008 normatiza que o AEE tem como objetivo de acordo com o Artigo 2º:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de Ensino (BRASIL, 2008).



Tal processo requer sua clientela e de acordo com a Resolução n. 4 de 2 de outubro/2009, seu público alvo é

Art. 4º. Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009).

Estes aspectos referidos acima; requer uma atuação diferenciada do professor de AEE para o melhor desenvolvimento da aprendizagem destes alunos. A Resolução n. 4. de 2 de outubro/2009 destaca que “Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009).

Sequencialmente, essa resolução ressalta que as atribuições deste profissional são:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de

acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Sabe-se que no Brasil existem milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, muitas constatadas desde antes do nascimento, pois algumas limitações podem se manifestar logo ao nascer, e outras vão sendo identificadas aos poucos; mas além das deficiências identificadas na gestação, há também as causadas por acidentes. E de acordo com o IBGE, esta quantidade se dá da seguinte forma: existem 24,5 milhões de pessoas (14,5% da população) com alguma deficiência: 48% com deficiência visual, 23% com deficiência motora, 17% com deficiência auditiva, 8% com deficiência intelectual e 4% com deficiência física. Deste total, 4,3 milhões (2,5% da população) possuem limitações severas. Onde a maioria delas poderia estudar e trabalhar se tiver oportunidade.

Assim, o Decreto 3298/99 vem afirmar que

Art. 3º, Considera-se:

I – deficiência — toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente — aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III – incapacidade — uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

As pessoas com deficiência são classificadas conforme sua condição: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla, sendo classificadas de acordo com o Decreto n. 3298/99 como:

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física — alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função

física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva — perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) — surdez leve;
- b) de 41 a 55 db — surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db — surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db — surdez severa;
- e) acima de 91 db — surdez profunda; e
- f) anacusia;

III – deficiência visual — acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV – deficiência mental — funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V – deficiência múltipla — associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999).

A formação de professores encontra-se em intensas mudanças, onde sua atividade envolve troca de experiências entre o professor e o aluno; além das mudanças no aspecto de ensinar, passando de transmissor de informação para mediador do processo de conhecimentos; além do surgimento de novos desafios aliados a modernidade.

No documento *Educação Inclusiva* (BRASIL, 2005, p. 21), considera-se que “uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos pra o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades sócio-culturais existentes em nosso país”.



Quanto à inclusão, essa “não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de educação estes profissionais têm se dedicado” (BRASIL, 2005, p. 21).

A prática deduz o agir e o fazer do professor, diante de suas ações; pois a inclusão propõe mudanças educacionais, oportunizando a interação e o desenvolvimento das crianças.

A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em operação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo. O professor pode ampliar as possibilidades de aprendizagem do aluno a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das práticas pedagógicas (BRASIL, 2010, p. 38)

Nesse contexto, Mittler (2003) entende que “os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudanças que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam suas práticas profissionais cotidianas” (p. 184).

Esta atitude gera envolvimento maior com a educação, disponibilizando desenvolvimento profissional diante dos desafios da educação especial brasileira já existente, o que implica mudanças necessárias na Educação Especial incluindo um atendimento educacional especializado.

A formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão (BRASIL, 2010, 21).

A inclusão educacional requer professores preparados e qualificados para garantir o desenvolvimento do educando, favorecendo a aprendizagem de todos; diante do Atendimento Educacional Especializado. Deste modo faz-se necessário, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que

o atendimento educacional especializado objetiva a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, por meio de programas de enriquecimento curricular, do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, de ajudas técnicas e tecnologia assistiva, diferenciando-se das atividades de sala de aula comum, com continuidade de estudos nos demais níveis de ensino e não substituindo a escolarização (BRASIL, 2011, p. 16).

As Diretrizes da Educação Especial a despeito da atuação do professor vêm ressaltar a importância da formação dos profissionais da educação referente à sua área e qualificação, ao citar que

os professores especializados deverão apresentar conhecimentos relativos ao seu campo de atuação, tais como: Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, sistema Braille, soroban, orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma, comunicação alternativa, desenvolvimento dos processos mentais superiores, programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, utilização de recursos ópticos e não ópticos tecnologia assistiva e outros. Sendo um aspecto essencial para a melhoria do processo de ensino (BRASIL, 2011, p. 16).

De acordo com a Resolução CNE/CEB 4/2009 (BRASIL, 2010), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

As Diretrizes da Educação Especial citam essas atribuições, com objetivo de garantir a inclusão escolar; ressaltando o profissional do Atendimento Educacional Especializado, a saber:

Realizar atendimento educacional especializado em turno inverso ao do ensino regular, por meio de um plano de trabalho organizado de acordo com a necessidade apresentada pelo aluno, podendo esse atendimento ocorrer na sala de recursos localizada na escola onde o aluno estiver matriculado ou em escola da região;

Atuar colaborativamente com o pedagogo e professor da classe comum, nas avaliações pedagógicas e encaminhamentos, nas adequações curriculares, elaborando estratégias necessárias para a construção do conhecimento, como também participando do processo avaliativo;

Participar de planejamentos, Conselhos de Classe e de outras atividades realizadas nas escolas regulares e Superintendências Regionais de Educação;

Apoiar a família quanto às ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos educandos;

Responsabilizar-se, juntamente com a escola, pelos levantamentos de dados solicitados pela SEDU/SRE e pelo censo escolar (BRASIL, 2009).

A inclusão requer, neste sentido, organização escolar referente ao currículo no ensino regular.

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2009).

Em relação às ações do professor de Atendimento Educacional Especializado, diante do ambiente escolar, esse

deve identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ele inclui em suas ações; avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recursos multifuncionais (espaço destinado para realização do AEE) e na interlocução com o professor do ensino comum (BRASIL, 2010, p. 34)

## O ESTUDO

Inicialmente, foi realizado um aprofundamento bibliográfico nos seguintes autores: Mittler (2003), Miranda (2012), Sasaki (2012), Mantoan (2007), Siluk (2011) e documentos como Brasil (2001, 2005, 2006, 2010), entre outros.

Esta pesquisa foi realizada com professores da educação básica que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, juntamente com o professor do Atendimento Educacional Especializado em uma instituição pública estadual que possui turmas dos Anos Iniciais e finais do ensino fundamental e que atende a um público misto e diversificado.

Ao realizar-se a pesquisa, foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, o questionário, ressaltando ainda que, durante e após a realização da pesquisa foi mantido sigilo dos participantes, de forma que foram respeitados preceitos éticos e legais.

Os professores aqui referidos são todos do sexo feminino, e para preservar a sua identidade os mesmos foram denominados pela letra P, seguida pelos números correspondente aos questionários; sendo classificados como: P1, P2, P3, P4, P5 e PAEE — para o professor do AEE.

As perguntas que constituem o questionário foram sequenciadas: “Como você define a inclusão atualmente?” Ao serem questionados, os sujeitos afirmaram que

É um passo importante na educação. Porém não basta a inclusão se tornar satisfatório e dar resultados na vida do aluno. (P1, 2015).

Um bom avanço para todos, pois os mesmos eram discriminados socialmente. Sendo muito importante para formação de uma boa sociedade. (P2, 2015).

Avançada devido a trajetória que se teve; atualmente esta mais aceita as diferenças na sociedade inclusive nas escolas. (P3, 2015).

Algo que ainda esta muito longe de acontecer, pois apesar de termos alunos com necessidades especiais em nossa turma, ainda não sabemos como lidar com alguns em especial. (P4, 2015).

Muito importante para aceitação de todos na escola regular e sociedade em geral. (P5, 2015).

Importante para que todos tenham oportunidades, porém ainda tem muito para melhorar (PAEE, 2015).

Em sua opinião, a prática pedagógica do professor do AEE é de grande importância na Escola, pois contribui para o desenvolvimento intelectual e social dos educandos? Os sujeitos responderam:

Ele os ajuda nas suas especificidades / individualidades (P1, 2015).

Ajudar o aluno individualmente nas atividades apresentadas, com material concreto (P2,2015)

É ajudar no desenvolvimento dos alunos individualmente (P3,2015).

Este profissional ajuda o aluno a se desenvolver, atendendo cada um individualmente (P4, 2015).

Ajudar no desenvolvimento de suas especificidades e habilidades, ajudando nas atividades (P5, 2015)

Proporcionar ao aluno o desenvolvimento de suas competências e habilidades (PAEE, 2015).

Você conhece os objetivos do Atendimento Educacional Especializado? “Com que frequência os utiliza na sua prática pedagógica? Os sujeitos pesquisados afirmaram:

Sim, eu os utilizo sempre. (P1, 2015);  
Sim, sempre. (P2, 2015);  
Sim, utilizo sempre. (P3, 2015);  
Sim, sempre estou utilizando (P4, 2015);  
Sim, tento estar utilizando sempre, pois é muito importante. (P5, 2015);  
Sim, utilizo sempre, pois é de grande importância e contribui para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos com necessidades especiais. (PAEE, 2015).

Em que o professor de AEE tem contribuído para o desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais? Em relação ao questionamento acima os entrevistados responderam:

Contribui na sua autoestima, coordenação motora, raciocínio, e também a descobrir suas potencialidades (P1, 2015);  
Trabalhando de maneira diferenciada buscando sanar dificuldades apresentadas (P2, 2015);  
Contribui na formação e desenvolvimento de suas particularidades e especificidades (P3, 2015);  
Seu agir favorece o desenvolvimento dos alunos diante de suas dificuldades (P4, 2015);  
Vem contribuir com o desenvolvimento lógico, motor e psicológico de acordo com cada especificidades (P5, 2015);  
Através do trabalho diferenciado, elevar a autoestima dos alunos dos alunos, possibilitando a superação das dificuldades e desenvolvimento, estimular para que eles possam ampliar as suas habilidades (PAEE, 2015).

Você acredita que a sua participação, no processo de desenvolvimento destes alunos, tem contribuído para melhoria na formação escolar e familiar deles? Em que aspectos? De acordo com os professores entrevistados:

Sim. Quando tenho um olhar especial eu procuro assisti-lo diariamente com atividades adequadas à sua deficiência (P1, 2015);  
Acredito que contribui bastante, pois tem aluno que apresenta até dificuldade de socialização (P2, 2015);  
Sim. Contribui bastante, principalmente no processo de socialização e respeito com colegas e professor (P3, 2015);  
Sim, mas nós sozinhos não conseguimos nada, por isso a família sempre está presente (P4, 2015);



Sim o pouco que cada um de nós fizemos é considerado muito em relação as especialidades de cada um, ajuda no desenvolvimento social e intelectual (P5, 2015);

Sim (PAEE, 2015).

Que estratégias você utiliza para auxiliar no desempenho dos alunos com dificuldade educacionais especiais? Diante da pergunta citada acima, os entrevistados responderam:

Com atividades que atendam para o seu aprendizado; e quando o incentivo a frequentar a sala de recursos (P1, 2015);

Buscando dar a maior assistência individual com material concreto e muito carinho trabalhando sua autoestima. (P2, 2015).

Buscando dar assistência sempre que necessário auxiliando de forma clara e dinâmica (P3, 2015);

Trabalhando com atividades diferenciadas, que ajude no seu desenvolvimento (P4, 2105);

Busco sempre a interação e participação de todos, e em especial com os alunos com necessidades educacionais especiais busco formas diferenciadas lúdicas que ajude no seu desenvolvimento; sempre que não consigo o meu objetivo, converso com a especialista do AEE- da sala de recursos e busco alternativas que possam me ajudar (P5, 2015);

Atendendo individualmente (PAEE, 2015).

Como você avalia a participação e apoio dos pais destes alunos diante do processo escolar? As entrevistadas responderam:

É muito importante a presença dos pais para o fortalecimento do vínculo escolar, como também na motivação do sucesso escolar (P1, 2015);

Muitos não participam da vida escolar dos mesmos. Onde os próprios deveriam ter uma participação especial juntamente com a escola, para melhor rendimento escolar e familiar (p2, 2015);

Sabe-se que é muito importante, mas hoje em dia, a maioria dos pais joga toda a responsabilidade de educar na escola e professores (P3, 2015);

Poucos pais dão assistência, mas aquele que tem o acompanhamento da família tem mudanças significativas de comportamento e desenvolvimento (P4, 2015);

Eu acho muito importante, por isso sempre que preciso chamo a atenção dos pais para os seus filhos e deixo bem claro que educar é papel de todos nós, principalmente da família, por isso na minha sala não tenho problema com a falta de assistência dos pais (P5, 2015);

Alguns pais têm boa participação e comprometimento (PAEE, 2015).

Como você avalia a atuação do professor de AEE, com relação aos alunos atendidos? As respostas encontradas convergiram entre si. Mas todas as entrevistadas afirmaram ser importante o papel deste especialista educacional Atendimento Educacional Especializado, ao citar que:

Ele é um profissional importante, pois dispõe de recursos e técnicas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos (P1, 2015);

Alguns ainda ficando a desejar; e outros, desempenhado o seu papel corretamente (P2, 2105);

De muita importância, sendo notável o processo de desenvolvimento dos alunos (P3,2015);

É um profissional específico para atender a alunos específicos, sendo ele muito importante (P4, 2015);

Sua atuação é muito importante, pois atende as particularidades de cada um de forma a garantir o seu desenvolvimento, e o melhor é que o seu acompanhamento é individual e se dedicando mais aos alunos, porque nós professores regulares temos que atender a todos em sala e as vezes não dá para dar atenção extra a quem realmente precisa (P5, 2015);

Comprometido, dedicado, esforçado, apaixonada pela causa (PAEE, 2015).

De que forma o aluno do AEE é avaliado e quais suas probabilidades de avanços com relação aos outros alunos que não possuem necessidades educacionais especiais? Os sujeitos investigados responderam:

Quanto aos alunos de necessidades especiais não sei responder, pois não atuo com os mesmos. Quanto aos outros temos que avaliar a todo, sendo a todos os momentos não só pelo fato de nota, devemos ter cuidado de avaliar o geral do aluno suas atitudes cotidianas (P2, 2015);

Sei que cada aluno tem suas especificidades por isso não posso responder ao aluno de AEE, mas em relação aos outros tem que levar em conta o ritmo e desenvolvimento de cada (P3, 2015);

Só o professor de AEE pode responder sua forma de avaliação, mas acredito que se deve ter um olhar diferenciado, mas sobre os outros alunos deve-se avaliar como um todo de forma contínua (P4, 2015);

A avaliação deve ser continua e contemplar as particularidades de cada um em relação ao seu desenvolvimento, sempre observando o desempenho de todos (P5, 2015);

Através de observação diária, verificando o que foi capaz de aprender (PAEE, 2015).

## CONSIDERAÇÕES

O professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um profissional que atende a uma clientela específica e com limitações diversas; por isso é indispensável pensar sobre a importância deste profissional para os alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que antigamente não se tinha a preocupação com essa minoria considerada excluída da sociedade e jogadas a própria sorte por causa de suas deficiências.

Os objetivos buscados nesta pesquisa foram alcançados e superados, confirmando as hipóteses do projeto inicial — a prática pedagógica do professor do AEE é de grande importância na Escola, pois contribui para o desenvolvimento intelectual e social dos educandos.

Diante da discussão teórica realizada dos dados coletados com os sujeitos da pesquisa em questão, conclui que a importância de um professor de AEE para o desenvolvimento do aluno com NEE é fundamental, pois possibilita ao educando uma educação inclusiva de qualidade e não somente sua inserção no ambiente escolar, mas respeita principalmente o direito do aluno com deficiência de ter um Atendimento Educacional Especializado que venha atender as suas dificuldades com sua ajuda.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Ministério da Educação - MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. SEE/MEC, **Educação Inclusiva**, Documentos Subsidiário: A Política de Inclusão, Brasília, 2005.

BRASIL. SEE/MEC, **Educação Infantil, Saberes e Práticas da Inclusão**: Dificuldades de Comunicação e Sinalização, Surdo cegueira / Múltipla Deficiência Sensorial, Brasília, 2006.

BRASIL. SEE/MEC, **Inclusão**: Revista da Educação Especial, V.5, nº 2 (Julho/Dezembro), Brasília, 2010.

BRASIL. SEESP / SEED / MEC, **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientação Pedagógica**, Brasília/DF, 2007.

ESPÍRITO SANTO. **Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, Educação Especial**: Inclusão e Respeito a Diferença, 2ª Edição, Vitória/ES, 2011.

FACÍON J. R. **Exclusão Escolar e suas implicações**: Curitiba. Ibpx, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **Igualdades e Diferenças nas Escolas**: Olhares de Futuras Pedagogas, UNICAMP, Fe, 2007.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. Parecer 1132/97, In. Manual do Secretário de Estabelecimento de Ensino de Educação Básica. Belo Horizonte: Editora Lâncer, 2001, p. 619-635.

MIRANDA, Terezinha Guimarães, FILHO, Teófilo Alves Galvão, **O Professor e a Educação Inclusiva**: Formação, Práticas e Lugares, EDUFVA, Salvador, 2012.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi, A construção da Acessibilidade, São Paulo, Setembro de 2012.

**Artigo recebido em: 29/03/2018**

**Artigo Aceito em: 20/05/2018**